



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Meio Ambiente: começo e fim

Artur Bruno
(Org.)

Meio Ambiente: começo e fim

INESP
Fortaleza - Ceará
2019

Copyright © 2019 by INESP

Coordenação Editorial

João Milton Cunha de Miranda

Assistente Editorial

Rachel Garcia e Valquiria Moreira

Diagramação

Mario Giffoni

Capa

José Gotardo Filho

Revisão

Lucia Jacó

Coordenação de impressão

Ernandes do Carmo

Impressão e Acabamento

Inesp

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento

C387m Ceará. Assembleia Legislativa.
Meio Ambiente: começo e fim / (Org.) Artur
Bruno. -- Fortaleza: INESP, 2019.
84. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-7973-132-7

1. Meio Ambiente, Artigos de jornais. I.
Bruno, Artur. II Instituto de Estudos e Pesquisas
sobre o Desenvolvimento do Estado. III. Título.

CDD 574.5

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autores e fontes.

Inesp

Av. Desembargador Moreira, 2807

Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar

Dionísio Torres

CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil

Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707

al.ce.gov.br/inesp

inesp@al.ce.gov.br

Apresentação

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará assinou e renovou, em 2012 e 2017, respectivamente, o Termo de Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, recebendo o título de primeira Casa Legislativa do país a aderir ao programa e a receber a certificação do Selo A3P Verde.

Vale destacar que a Casa do Povo ainda mantém a Sala de Gestão de Resíduos Sólidos, onde é efetivado o trabalho de segregação dos materiais recicláveis, e a Comissão Gestora da A3P, que planeja, executa e monitora as ações da A3P.

A obra do Secretário do Meio Ambiente do Ceará, Artur Bruno, apresenta os avanços conquistados pela pasta sob a sua gestão durante os governos de Camilo Santana. A publicação objetiva saciar a necessidade de divulgar os artigos, registros esses de momentos significativos da gestão, para o maior número de pessoas possível. Notícia, também, os avanços conquistados e expõe problemas que ainda persistem, para que se possa alcançar as melhores soluções. E assim, é base imprescindível para os trabalhos legislativos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp, orgulhosamente, lança e distribui o livro Meio ambiente: começo e fim, por considerá-lo um importante meio para a sensibilização da sociedade e, principalmente, dos servidores públicos quanto às responsabilidades socioambientais e a manutenção da sua sustentabilidade.

Deputado José Sarto

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Prefácio

O livro *Meio Ambiente: começo e fim*, didaticamente dividido em seis partes, aborda assuntos relacionados aos fatores físicos, biológicos, químicos e sociais que circundam o território cearense. Leva-nos a refletir, então, sobre temas como: *Sustentabilidade, Flora e fauna, Resíduos Sólidos, Educação Ambiental, o Parque Estadual do Cocó e Fortaleza*. Traz, ainda, a palavra forte e engajada do deputado estadual Acrísio Sena, atual presidente da Comissão do Meio Ambiente desta Casa.

Além de instruir, a obra busca sensibilizar e estimular a participação da sociedade por meio da adoção de medidas que visem à preservação e à conservação do meio ambiente, tendo em vista que somente a sustentabilidade pode garantir sua preservação, que está entre as prioridades políticas. Os artigos contidos nesta obra são mais uma forma de conscientizar e incentivar a manutenção da qualidade de vida, para que as gerações futuras possam usufruir dos recursos naturais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, disponibiliza a publicação de autoria do Secretário Artur Bruno, que retrata o trabalho exemplar desenvolvido por ele à frente da Secretaria do Meio ambiente do Ceará.

João Milton Cunha de Miranda

Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Sumário

A Terra é a nossa casa - Acrísio Sena.....	11
Um caso de amor à natureza - Artur Bruno.....	12
1ª PARTE: SUSTENTABILIDADE	13
Mudanças no Clima e Cop 21 - O Povo, 03/12/2015	15
O papa e o meio ambiente - O Povo,22/06/15.....	17
Agenda para o meio ambiente - Diário do Nordeste, 16/11/2018	19
Um bom desejo para o Ano Novo - Diário do Nordeste, 28/12/2018	20
Responsabilidade ambiental - O Povo,21/02/19	22
Modernizando o licenciamento - Diário do Nordeste, 17/05/19	23
Meio ambiente: condição de futuro - O Povo,27/05/19	24
Zoneamento Ecológico-Econômico - Diário do Nordeste, 11/06/19	25
2ª PARTE: FLORA E FAUNA.....	27
Mata ciliar protege a vida - O Povo, 21/03/15	29
Ceará: reflorestar para sobreviver - O Povo, 19/03/16.....	31
Reflorestamento para combater desertificação - O Estado, 22/03/16	33
Ceará mais verde - Diário do Nordeste, 26/07/16.....	35
Quem planta árvores colhe chuva - O Povo,07/03/17	36
Chico Mendes, presente! - O Povo, 14/06/2018.....	38
Política de proteção animal - Diário do Nordeste, 10/03/19	40
Árvore é vida - O Povo, 15/03/19	41
3ª PARTE: RESÍDUOS SÓLIDOS.....	43
Ceará: Pela erradicação dos lixões - Diário do Nordeste, 02/08/16	45

Selo Verde: estímulo à responsabilidade ambiental - O Povo, 29/02/16	46
Meio ambiente em xeque - O Povo, 20/09/18	47
Resíduos sólidos e sustentáveis - Diário do Nordeste, 22/04/2017	48
Coleta seletiva: os resíduos como desafio - O Povo, 21/06/19	50
4ª PARTE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	51
Viver no Semiárido - Diário do Nordeste, 24/11/16	53
Parque-Escola - O Povo, 14/11/16.....	54
Educação ambiental na escola - O Povo, 12/07/17	56
Educação ambiental - O Povo, 19/12/2018.....	58
5ª PARTE: PARQUE ESTADUAL DO COCÓ.....	61
Pacto pelo Cocó - O Povo, 01/02/16	63
Cuidado ambiental: marca do governo Camilo - O Povo, 04/06/16	65
Parque do Cocó: diálogo democrático - O Povo, 23/06/16...67	
Cocó: o sonho vira realidade - Diário do Nordeste, 16/05/2016	69
Plano e concurso ambiental para o Cocó - O Povo, 09/08/17	71
6ª PARTE: FORTALEZA	73
Fortaleza, uma bela história - O Povo, 13/04/15	75
Fortaleza: 290 anos - O Povo, 11/04/16	77
Fortaleza: de pequena vila à metrópole nacional - O Povo, 13/04/2018	79
Fortaleza, irmã do sol e do mar - O Povo, 12/04/19	81

A Terra é a nossa casa

Com muito orgulho, concordei em apresentar a obra do amigo Artur Bruno. Ambos, na qualidade de professores, sabemos como é importante o processo de conscientização da sociedade quando o assunto é meio ambiente. Companheiro de várias batalhas, lutamos ombro a ombro em momentos da história recente do nosso Estado. Militando juntos, como ambientalistas e homens públicos, dividimos angústias e alegrias, em vários e importantes processos.

Este livro é uma compilação de um pensamento organizado e talhado no cotidiano, quando Bruno exerceu, na qualidade de primeiro secretário do Meio Ambiente do Ceará, como ninguém, a habilidade de negociar interesses muitas vezes díspares, em nome de um consenso que preservasse nossos recursos naturais e garantisse uma ambiência qualificada e inovadora em nosso Estado.

Chamo a atenção sobre como os artigos contam a rápida evolução na área ambiental no Estado no Ceará na gestão Camilo Santana. Como Bruno sempre frisa em seus discursos, o governador é um ambientalista, funcionário de carreira do Ibama, formado em Agronomia e com pós-graduação em Meio Ambiente. Não por acaso, os inúmeros avanços em questões como Florestamento e Reflorestamento, Política de Resíduos Sólidos, Energias Renováveis, Proteção e Bem-Estar Animal, Gestão de Unidades de Conservação – com destaque para a regulamentação do Parque do Cocó – e Educação Ambiental, só para citar algumas.

Costumo dizer que o respeito ao meio ambiente começa no instante em que você percebe que todos nós habitamos o mesmo planeta: a Terra é a nossa casa. E não podemos tratar nossa casa de forma desleixada ou desrespeitosa. Fico feliz em constatar, nestas páginas, o relato da execução de um excelente trabalho, com o qual espero ter contribuído de alguma forma. Que venham novos desafios. Boa leitura!

Acrísio Sena

Deputado estadual

Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa

Um caso de amor à natureza

Este livro condensa artigos produzidos a partir do período em que concordei em assumir a recém criada Secretaria do Meio Ambiente do Ceará, a convite do governador Camilo Santana. Tenho o costume de registrar em textos os momentos ou os debates que considero mais significativos, tanto na área da educação, quanto na política. Agora, como gestor na área ambiental, não poderia acontecer de outra forma.

A compilação aqui registra o compromisso de um governo que ousou investir e modernizar processos que redundaram em vitórias significativas para o meio ambiente do Estado. Tentei separar as matérias por temas, de forma que o leitor percebesse a linha evolutiva destas questões, bem como proporcionar um possível aprofundamento em cada uma delas.

Desta forma, os artigos foram organizados por partes: Sustentabilidade, Flora e Fauna, Resíduos Sólidos, Educação Ambiental, Parque Estadual do Cocó e Fortaleza. O Cocó merece destaque porque foi regulamentado após 40 anos de luta. Fortaleza, minha cidade, sempre é objeto de reflexão de minha parte quando do seu natalício.

Minha principal motivação é dividir com o máximo possível de pessoas a minha alegria pelos avanços conquistados, bem como expor problemas com os quais ainda estamos lidando, dias após dia. Como professor, confesso o grande aprendizado assimilado por mim nesta área. O amor à natureza exige dedicação e afeto. Espero que esta obra traduza em palavras o que já trago em meu coração.

Artur Bruno

Secretário do Meio Ambiente do Ceará

1ª PARTE: SUSTENTABILIDADE

Mudanças no Clima e Cop 21

O Povo, 03/12/2015

O mundo está acordado para o grave momento relacionado com as mudanças climáticas e aquecimento do planeta. Durante discurso na Conferência da ONU para a Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, em Nova York, a presidente Dilma Rousseff anunciou medidas para conter o rumo perigoso das mudanças climáticas. Em dezembro vindouro, ocorrerá em Paris, a 21ª Conferência do Clima (COP 21), cujo objetivo é costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, reduzindo o aquecimento global e em consequência limitar o aumento da temperatura em 2°C até 2100. As metas do Brasil para a redução de emissão de gases de efeito estufa são de 37% até 2025 e de 43% até 2030.

Os países são conclamados a tomar uma série de ações para acabar com a pobreza até 2030, aumentando também o crescimento econômico e a prosperidade, além de abranger problemas ligados à saúde, educação, bem como o meio ambiente. Ao todo, são 17 metas. Os números a perseguir são ousados e, se conquistados, deixarão o Brasil em posição de liderança climática global, por diminuir emissões da geração energética. São questões que devem ser aprofundadas, afinal o ritmo da degradação ambiental está acelerado em todas as partes, com perdas de espécies que comprometem a vida de nós todos.

Diante desse quadro, o que o Ceará está fazendo? O governador Camilo Santana apresentou, logo ao assumir o executivo, o programa Ceará Sustentável. É decisão: precisamos crescer economicamente, gerar emprego e renda, mas respeitando o meio ambiente. Isso ajuda muito o Estado a também lutar por essas metas que estão sendo apresentadas pela presidente Dilma.

Assim, nós que fazemos a Secretaria do Meio Ambiente estamos reforçando o Fórum de Mudanças Climáticas e estamos implantando o Programa de Reflorestamento "Ceará mais verde", que desenvolveremos nos próximos quatro anos, iniciamos pelo Rio Pacoti e em Piquet Carneiro.

Pretendemos, até o final do ano, regulamentar mais de mil hectares de área do Parque do Cocó, e onde houver degradação ambiental, vamos fazer a recuperação, plantando nas margens dos rios.

A questão da energia renovável é também de fundamental importância neste momento de crise. O Governador criou a Secretaria Adjunta de Energias Renováveis, para promover a energia eólica e a energia solar, diminuindo os combustíveis fósseis, os que mais promovem os gases de efeito estufa.

O estado do Ceará está atraindo usinas eólicas e já conta com uma usina solar fotovoltaica. O projeto é beneficiado pelo fato de sermos um dos estados com maior insolação, além dos ventos fortes e constantes.

Portanto, não há tempo a perder. Cada dia precisamos agir, buscando um futuro sustentável para todos. Esta nova agenda, anunciada na Conferência da ONU, é uma visão universal integrada e de transformação para um mundo melhor. Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável são uma cartilha, um guia. Podemos dizer que é um plano para o sucesso.

O papa e o meio ambiente

O Povo, 22/06/15

Ao lançar a encíclica *Laudato Si* (Louvado seja), o papa Francisco estabelece uma relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta. Pela primeira vez, um papa se preocupa com as questões ambientais, o receio da destruição do meio ambiente, que prejudica a todos e, para Francisco, especialmente os pobres. A preservação da natureza é um desafio para a humanidade. A encíclica lançada deve funcionar como um livro de cabeceira para os habitantes do planeta, com leitura frequente. O documento papal, de acordo com publicação das Edições Paulinas "é um urgente apelo à preservação da Terra e da vida, por meio da qual a Igreja procura também influenciar os trabalhos da próxima Conferência sobre o Clima", que ocorrerá em dezembro de 2015, em Paris.

O papa se baseou também em relatórios recentes da Organização das Nações Unidas (ONU) que prevê uma "catástrofe ambiental" até 2050, mesmo com os investimentos de vários países em energias renováveis e sustentabilidade. "Hoje tudo o que é frágil, como o meio ambiente, permanece indefeso contra os interesses do mercado divinizados, transformado em regra absoluta." A aspa é do documento o qual mostra a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo. Ele critica o paradigma que deriva da tecnologia, recomenda a busca de outras maneiras de entender a economia e o progresso. São também eixos desta encíclica, inspirada no Cântico das criaturas, de São Francisco de Assis, que, em 1979, o papa João Paulo II o proclamou como Padroeiro dos Ecologistas: o valor próprio de cada ser, o sentido humano da ecologia, a grave responsabilidade da política, a cultura do descartável e a proposta de um novo estilo de vida.

A preocupação do Sumo Pontífice abre um leque para uma reflexão mais profunda: é que, ao fim dos próximos 35 anos, são estimadas mais de 3 bilhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, e, pelo menos, 155 milhões estariam na América Latina e no Caribe. E essa condição demográfica e social seria motivada também pela degradação do meio ambiente e

pela redução dos meios de subsistência, como a agricultura e o acesso à água potável. Não podemos ficar de braços cruzados vendo o planeta respirar por aparelhos. Se todos dermos as mãos por esta causa, poderemos derrubar as estatísticas que apontam para uma catástrofe. Eu aposto na educação ambiental para promover esta transformação na nossa casa comum: o planeta terra.

Louvado seja.

Agenda para o meio ambiente

Diário do Nordeste, 16/11/2018

Depois da pressão de representantes da questão ambiental – inclusive da base do presidente eleito – parece estar descartada a ideia do fim do Ministério do Meio Ambiente. É hora de governantes, parlamentares e sociedade civil debruçarem-se sobre uma agenda para o setor.

Em época de eleição, as questões prioritárias se repetem: saúde, educação, segurança, emprego, habitação. Porém, é preciso redesenhar o significado da expressão “meio ambiente” de forma interdisciplinar. O termo não trata mais somente da preservação dos recursos naturais, mas exige soluções que guardam interface com praticamente todos os pontos relacionados com a gestão pública.

Dotar uma cidade de equipamentos que propiciem às pessoas o encontro com a natureza, praticando esportes, lazer e relaxamento é uma questão de saúde pública. Educação também é conscientizar a população sobre a importância da reciclagem dos resíduos sólidos, mudanças climáticas, cuidado com a energia e recursos hídricos.

Habitação requer reflexão sobre a ocupação desordenada que agride nossas florestas transformando-as em áreas de risco. Segurança também é garantir a ambiência dos cidadãos nos espaços públicos. Múltiplos empregos hoje exigem contato direto com a biodiversidade, água, solos, lazer, turismo e clima.

A economia verde demanda investimento do mercado em energias limpas e renováveis e produtos sustentáveis. A política, por sua vez, aprecia matérias que podem colocar o meio ambiente em risco e, conseqüentemente, todos nós.

Precisamos de parlamentos e governos com conteúdos e propostas – construídas coletivamente e com respeito à ciência – que cuidem da legislação ambiental. Só o casamento entre política e meio ambiente pode gerar, na prática, um desenvolvimento permanente e sustentável.

Um bom desejo para o Ano Novo

Diário do Nordeste, 28/12/2018

Temos o costume de fazer, na transição de um ano para o outro, uma avaliação crítica dos nossos erros e acertos. Alguns têm, inclusive, como norma, traçar as famosas listas com metas a serem cumpridas no novo ciclo que se inicia. Uma boa sugestão seria que, a partir de 2019, todos nós pudéssemos adotar práticas mais sustentáveis no nosso dia-a-dia. O meio ambiente precisa e agradece tal iniciativa.

A urbanização desenfreada, sem mecanismos regulatórios e de controle, típica dos países periféricos, trouxe consigo enormes repercussões, que vêm afetando a saúde física e mental da população. Nossa falta de educação ambiental aumenta a gravidade de problemas como a insuficiência dos serviços básicos de saneamento, coleta e destinação adequada do lixo e condições precárias de moradia, tradicionalmente relacionados com a pobreza e o subdesenvolvimento.

Uma sociedade que não aprendeu sequer a separar os lixos orgânico e inorgânico, que insiste em jogar resíduos em mananciais – mesmo com nosso crítico problema climático –, que não assimilou o tamanho do problema dos lixões, precisa renovar seus conceitos. Isso sem falar na poluição química e física do ar, problemas ambientais que, até pouco tempo, eram considerados “modernos”. Hoje, os reflexos sobre a ambiência das cidades tornou-se bastante evidente.

Sobre as populações mais carentes recai a maior parte dos efeitos negativos desta urbanização sem controle, gerando uma situação de extrema desigualdade e iniquidade ambiental. A ocupação de áreas de risco, por exemplo, é um convite à tragédia ambiental, bem como a especulação imobiliária, que coloca o capital como predador de nossas reservas.

Para reverter esse quadro é preciso que haja uma reincorporação das questões do meio ambiente nas políticas de saúde, educação, habitação, mobilidade – dentre outras – integradas numa ampla estratégia de desenvolvimento sustentável. Um diálogo

amplo e intersetorial trará enormes benefícios na conquista de melhores condições de vida nas cidades.

A mudança, porém, começa com as pequenas atitudes que cada um de nós pode tomar no nosso cotidiano. Seria excelente assimilar a sustentabilidade como hábito. Para o bem do planeta, do país, da cidade e de todos a quem amamos.

Responsabilidade ambiental

O Povo, 21/02/19

Uma das muitas falácias apregoadas por setores conservadores é que os movimentos ambientalistas entravam o desenvolvimento econômico. Nada mais falso. Um dos fundamentos do Estado brasileiro é a livre iniciativa, isto é, o direito a todos de empreender. Ao mesmo tempo, o Estado reconhece que a dignidade humana depende da existência de um meio ambiente equilibrado.

Estes dois princípios quando em vez entram em conflito, posto que é comum uma atividade econômica causar danos ao meio ambiente. Estes impactos, se desregradados, podem ser irreversíveis. Os exemplos de Mariana e Brumadinho deixam claro que a premissa do respeito às leis ambientais é inquestionável.

O meio ambiente, por sua vez, não deve servir de obstáculo intransponível à existência humana. É preciso que as fiscalizações e estudos sejam feitos de forma desburocratizada. Para que estes conflitos sejam equacionados de forma racional e técnica, existe o licenciamento ambiental, presente em qualquer país desenvolvido.

É através dele que o Estado exerce controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais. É a busca da conciliação do desenvolvimento econômico com o uso dos recursos naturais, verificando localização, instalação, ampliação e operação das atividades.

Neste quesito, o Ceará dá exemplo ao País, sendo o único estado onde todos os grandes empreendimentos, que possam gerar impactos relevantes aos recursos naturais, precisam passar pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema). É uma entidade composta por 37 conselheiros vindos de instituições governamentais, universidades, entidades ambientalistas e ONGs.

Mesmo com todo este rigor, o Ceará foi, em 2018, o 1º estado do Brasil - em termos proporcionais - em capacidade de investimento (o 2º em termos absolutos) em relação à Receita Corrente Líquida, tendo aplicado 15% de seu orçamento, ou seja, R\$ 3 bilhões. Crescimento econômico e responsabilidade ambiental podem - e devem - andar juntos e são fundamentais para a garantia da sustentabilidade e sobrevivência humana.

Modernizando o licenciamento

Diário do Nordeste, 17/05/19

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) aprovou, com ampla maioria, Resolução que rege o processo de licenciamento ambiental no Ceará. A proposta é fruto de um ano de estudos de técnicos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).

Houve amplo debate. O Coema organizou um Grupo de Trabalho com 13 de suas 37 entidades que examinou a proposta em doze reuniões. O texto ficou um mês submetido à consulta pública no site da Semace, recebendo 150 sugestões, aproveitadas quando possível. Houve ainda três reuniões com setores produtivos – agropecuária; construção civil e imobiliário; além das 20 câmaras setoriais. Finalmente, duas audiências públicas, na Assembleia Legislativa e no Coema.

Isso agilizará a expedição de documentos que, às vezes, tramitam anos. Com isso, se almeja atrair mais investimentos. Dentre as alterações, houve a redução, em alguns casos, da exigência de três licenças para somente uma, além do aumento do prazo de validade destas autorizações e da ampliação da prerrogativa da autodeclaração para a renovação do documento.

A resolução divide empreendimentos, obras e atividades, conforme o Potencial Poluidor-Degradador (PPD) de cada uma delas, em baixo, médio e alto. A flexibilização só inclui os empreendimentos de baixo PPD, como lava-jatos, supermercados, oficinas, praças e hotéis.

A mudança não valerá para empreendimentos de grande impacto, que continuarão obrigados a aplicar o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima). O Ceará mantém o rigor, pois é o único Estado onde os licenciamentos têm de ser submetidos à aprovação do Coema.

Em resumo, a nova Resolução sobre licenças ambientais procurou equilibrar a equação modernização/responsabilidade, evitando exigências desnecessárias e, ao mesmo tempo, preservando e protegendo o meio ambiente.

Meio ambiente: condição de futuro

O Povo, 27/05/19

No dia 8 de maio último, ex-ministros do Meio Ambiente se reuniram em São Paulo para lançar um alerta à sociedade. No documento, eles lembraram que um dos grandes desafios do século XXI é a implementação do desenvolvimento sustentável, conforme aprovação da Agenda 2030, na Assembleia-Geral da ONU, com o apoio de 195 países.

Na década de 1970, o Brasil deu importantes passos na institucionalização da questão ambiental com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), em 1973, e com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, ainda no regime militar. Na Constituição Federal de 1988, o Brasil tornou-se um dos primeiros países a tratar com destaque a questão ambiental em vários dispositivos constitucionais.

Infelizmente, o atual governo federal pôs em prática uma política de desconstrução das políticas ambientais, além do enfraquecimento dos organismos de fiscalização, como o Ibama e o ICMBio.

Na verdade, a defesa da natureza, da biodiversidade e da sustentabilidade não são incompatíveis com o desenvolvimento econômico. Pelo contrário. E o Ceará vem dando o exemplo. Dependemos do meio ambiente para sermos um Estado desenvolvido. O governo Camilo Santana vem investindo em energia limpa - eólica e solar, principalmente -, incentivando o mercado de produtos recicláveis, atacando o problema dos rejeitos e apostando na educação ambiental. Todos temos a ganhar mantendo os esforços a favor de uma economia de baixo carbono, combatendo o desmatamento ilegal, desenvolvendo a indústria florestal e trabalhando pela consecução dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável do Acordo de Paris.

Nosso Estado patrocina o florestamento e o reflorestamento, faz a gestão competente dos recursos hídricos e amplia nossas unidades de conservação - já são 26 estaduais e incentivamos a criação de outras, municipais ou particulares. Nosso compromisso é com as atuais e futuras gerações de cearenses. Como ensinam Milton Nascimento e Wagner Tiso, "há que se cuidar do broto pra que a vida nos dê flor e fruto".

Zoneamento Ecológico-Econômico

Diário do Nordeste, 11/06/19

A Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (Sema) iniciou os debates sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Ceará (Zeec). O objetivo é propiciar o desenvolvimento econômico, ambiental e social dos 23 municípios localizados no litoral ou próximos a ele. É um instrumento técnico e político de planejamento do Governo.

Há muito tempo o setor econômico reclama de que há muita insegurança jurídica sobre em quais áreas se pode empreender no litoral cearense. Por isso, o ZEEC vai estudar e determinar os locais adequados para construção de hotéis, pousadas, restaurantes e demais atividades, e se a área precisa de recuperação ambiental. Além disso, será um instrumento de diagnóstico, prognóstico e planejamento para preservar os recursos naturais litorâneos.

O produto final deverá ser apresentado em janeiro de 2020 e contemplará um mapeamento das zonas que possuem características socioeconômicas e naturais comuns, para as quais serão estabelecidas diretrizes de gestão e de ordenamento territorial.

Enfim, o Zeec quer nortear políticas para o desenvolvimento sustentável, ao delimitar zonas ambientais e atribuir usos e atividades compatíveis segundo as características de cada uma delas, considerando potencialidades e restrições.

Por isso, é necessário o zoneamento geoambiental coerente com o código florestal e outras legislações federais, bem como o zoneamento socioeconômico, que mostrará a atividade mais adequada a cada região.

Para que ocorram de forma democrática, as reuniões estarão integrando todos os setores: moradores, empresários, poder público, operadores de turismo, ambientalistas, técnicos e demais categorias envolvidas.

Vamos levantar atividades econômicas que interajam de forma sustentável com o meio ambiente, de forma a impulsionar o turismo com sustentabilidade e impactar positivamente sobre a vida das pessoas que vivem no litoral cearense.

2ª PARTE: FLORA E FAUNA

Mata ciliar protege a vida

O Povo, 21/03/15

Em razão das diferentes características fisiográfico-climáticas do Brasil, o presidente Castelo Branco instituiu pelo Decreto Nº 55.795, em 24 de fevereiro de 1965, a Festa Anual das Árvores, na última semana do mês de março. Este ano, o Governo do Estado do Ceará, através da recém-criada Secretaria do Meio Ambiente, anteriormente Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente- Conpam, traz o tema matas ciliares, para reflexão. Uma programação especial será desenvolvida de 23 a 2 de abril próximos, tanto em Fortaleza, no Parque Ecológico do Cocó, quanto em outras unidades de conservação e 36 municípios cearenses.

Imagine que os rios são os seus olhos e a mata ao redor, os cílios. Eles protegem os olhos das poeiras e de insetos. Assim, a mata que se forma às margens dos rios tem a função de proteger os recursos hídricos e funciona como obstáculo para evitar o assoreamento. Tem mais, em caso de enchente, ela dificulta a entrada de resíduos e serve de abrigo para animais e aves.

O ser humano, como sabemos, tem necessidade de transformar a natureza, porém a forma como vem suprimindo essa vegetação é de lacrimejar. É por isso que, como professor que sou há 37 anos, faço da educação ambiental um dos três tripés de ação da Sema. Aquilo que foi destruído e que ainda há tempo de regenerar, vamos fazê-lo de forma responsável e participativa. É importante frisar que a mata ciliar continua sendo devastada por motivos de ordem social, econômica e cultural, criando com isso inúmeros impactos, tais como: aumento da poluição aquática, formação de grandes extensões de solos nus, comprometimento das nascentes e olhos d'água prejudicando, dentre outros fatores, o abastecimento humano e dessedentação de animais.

Nas nascentes, o desmatamento provoca o progressivo desaparecimento do manancial. Dá para chorar ver o chão esturricado e não ter a água de beber. Para evitar a supressão da mata ciliar e preservá-la é indispensável o envolvimento dos atores sociais diversos no planejamento, embasado em diagnósticos, projetos e ações de educação ambiental imprescindíveis para uma mu-

dança de mentalidade, a fim de garantir qualidade de vida da população presente e futura.

Este é um dos desafios que encaro como Secretário do Meio Ambiente, ao formular, planejar e coordenar a política ambiental do Estado, com vistas a garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo. Todos são importantes, por isso quero ouvir as demandas da sociedade em reunião agendada para o próximo dia 27, às 15 horas, na Sema. Vamos preservar a água, a terra, o ar e a vida.

Ceará: reflorestar para sobreviver

O Povo, 19/03/16

A cobertura florestal do Ceará corresponde a 8,5 milhões de hectares, ou 57% da área do Estado, segundo pesquisa do Serviço Florestal Brasileiro (2009). Pelos dados da Semace, 51% das espécies amostradas são saudáveis, 14% mortas em pé e 35% têm saúde comprometida. Segundo o Plano Plurianual de 2016/2019, o Estado apresenta graves índices de desmatamento. Pesquisa do Ministério do Meio Ambiente de 2010 mostra que 39,86% da caatinga foram desmatados.

A ocupação humana desordenada e a exploração desenfreada dos recursos naturais vêm impactando principalmente as regiões secas do Estado, provocando a degradação da terra, a perda da cobertura vegetal nativa e a redução da disponibilidade de água.

A intensificação de tais processos levou crescentes frações dessas regiões à condição de desertificação. Segundo dados da Funceme, 49 dos 184 municípios do Ceará já mostram fortes sinais da degradação ambiental, tendo como vetores mais importantes o desmatamento ilegal para satisfazer demandas por carvão vegetal e lenha para fins energéticos, bem como as queimadas descontroladas.

Por meio do Programa Ceará Mais Verde, previsto no Plano Plurianual (PPA), o governo Camilo Santana está promovendo estratégias para tentar reduzir o problema do desmatamento. Os trabalhos de reflorestamento e de proteção de nascentes – com implementação e estruturação de viveiros visando à produção de mudas, projeto de identificação da flora, com incentivo ao cultivo de espécies nativas – serão desenvolvidos em paralelo com ações de educação ambiental, numa iniciativa que envolverá, além da Sema, diversos atores. No quesito produção de mudas, o desejo é sair das atuais 80 mil para uma produção de quase um milhão ao fim de 2019.

O Projeto de Florestamento e reflorestamento abrangerá áreas de proteção ambiental no entorno das nascentes, da mata ciliar e de topos de morros, localizados nas bacias hidrográficas

do Estado. As primeiras localidades contempladas serão o rio Cocó, açude Pacoti-Riachão, riacho Ipuçaba (Ipu), rio Pacoti e açude São José II (Piquet Carneiro).

A Sema está realizando um movimento de articulação com os mais diversos setores para que possam se unir e contribuir, cada um dentro de suas possibilidades e habilidades, para que possamos construir, agora, um cenário mais positivo. Na atual situação de degradação no contexto ambiental, não basta aos governos e empresas somente cumprirem obrigações legais, mas desenvolver ações efetivas de responsabilidade social.

A intenção da Sema é apresentar soluções que permitam parcerias viáveis entre os setores público e privado. Mais do que isso, a Secretaria já está consolidando, juntamente com a Seduc, o programa Escola Sustentável, com foco na educação ambiental desde a primeira infância, despertando nas crianças o cuidado com a natureza. Afinal, como diria Milton Nascimento, "há que se cuidar do broto, pra que a vida nos dê flor e fruto".

Trata-se de integrar considerações de natureza ética, social e ambiental às ações que envolvem comunidades, pela ação governamental ou de mercado, visando ao desenvolvimento de relações sustentáveis.

Reflorestamento para combater desertificação

O Estado, 22/03/16

Durante a Festa Anual da Árvore, a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) lançou, em meio à inauguração de diversas benfeitorias no Parque do Cocó, o Plano Estadual de Florestamento e Reflorestamento. Trata-se de uma iniciativa fundamental para combater o processo de desertificação no Estado.

Segundo dados da Funceme, 49 dos 184 municípios do Ceará já mostram fortes sinais da degradação ambiental, tendo como vetores mais importantes o desmatamento ilegal para satisfazer demandas por carvão vegetal e lenha para fins energéticos, bem como as queimadas descontroladas. A intensificação de tais processos levou crescentes frações dessas regiões à condição de desertificação.

A ocupação humana desordenada e a exploração desenfreada dos recursos naturais vêm impactando, principalmente, as regiões secas do Estado, provocando a degradação da terra, a perda da cobertura vegetal nativa e a redução da disponibilidade de água. A cobertura florestal do Ceará corresponde a 8,5 milhões de hectares, ou 57% da área do Estado, segundo pesquisa do Serviço Florestal Brasileiro (2009). Pelos dados da Semace, só 51% das espécies amostradas são saudáveis. Segundo o Plano Plurianual de 2016/2019, o Estado apresenta graves índices de desmatamento. Pesquisa do Ministério do Meio Ambiente de 2010 mostra que 39,86% da caatinga foram desmatados.

O Projeto de Florestamento e reflorestamento abrangerá áreas de proteção ambiental no entorno das nascentes, da mata ciliar e de topos de morros, localizados nas bacias hidrográficas do Estado. Através do Programa CEARÁ MAIS VERDE, previsto no Plano Plurianual (PPA), o Governo Camilo Santana está promovendo estratégias para tentar reduzir o problema do desmatamento.

Os trabalhos de reflorestamento e de proteção de nascentes – com implementação e estruturação de viveiros visando à produção de mudas, projeto de identificação da flora, com incentivo ao cultivo de espécies nativas – serão desenvolvidos em paralelo

com ações de educação ambiental, numa iniciativa que envolverá, além da Sema, diversos atores. As primeiras localidades contempladas serão o rio Cocó, açude Pacoti-Riachão, riacho Ipuçaba (Ipu), rio Pacoti e açude São José II (Piquet Carneiro). No quesito produção de mudas, o desejo é sair das atuais 80 mil para uma produção de quase 1 milhão ao final de 2019.

A Sema está realizando um movimento de articulação com os mais diversos setores – públicos e privados – para que possam se unir e contribuir, cada um dentro de suas possibilidades e habilidades, para que possamos construir, agora, um cenário mais positivo. Na atual situação de degradação no contexto ambiental, não basta aos governos e empresas somente cumprirem obrigações legais, mas desenvolver ações efetivas de responsabilidade social. O problema da desertificação agrava nosso revés climático. Combatê-la é uma atitude de preocupação com o presente e com o futuro da população de nosso Estado.

Ceará mais verde

Diário do Nordeste, 26/07/16

O projeto de reflorestamento do Parque do Cocó foi iniciado em 15 de julho, no Pólo de Lazer do Tancredo Neves. A área reflorestada foi beneficiada com o plantio de 1.000 mudas de 15 espécies nativas. A atividade teve como parceiros a Unimed-Fortaleza, o Departamento Estadual de Rodovias e a Prefeitura de Fortaleza.

Esta prática, de procurar parceiros na gestão pública e na iniciativa privada, será a tônica adotada em todas as demais ações projetadas no âmbito do Programa Ceará Mais Verde. O Plano Estadual de Florestamento e Reflorestamento vai priorizar a proteção de nascentes e matas ciliares.

Na produção de mudas, o objetivo é chegar ao plantio de 90 mil mudas nos rios Pacoti, Ipuçaba e Cocó, até o fim do ano. Sensível à preocupação dos ambientalistas com relação à introdução de espécies exóticas invasoras em nossos biomas, o que vem fazendo com que nossa mata branca perca espaço, o governo do Estado sancionou e publicou, a Lei Nº 16.002, que cria o Programa Estadual de Valorização das Espécies Vegetais Nativas. Mais uma iniciativa desenvolvida em paralelo com movimentos de educação ambiental. O objetivo central é combater o desmatamento e a desertificação.

A cobertura florestal do Ceará é de 8,5 milhões de hectares, ou 57% da área do Estado, segundo pesquisa do Serviço Florestal Brasileiro (2009).

A ocupação humana desordenada e a exploração desenfreada dos recursos naturais vêm impactando principalmente as regiões secas do Estado, provocando a degradação da terra, a perda da cobertura vegetal nativa e a redução da disponibilidade de água.

Quem planta árvores colhe chuva

O Povo,07/03/17

A violência tem se espalhado pelo mundo, atingindo as pessoas e o meio ambiente. O modelo baseado na busca pelo lucro, obsolescência dos produtos e estímulo ao consumo pressiona os recursos naturais. É urgente assimilar uma cultura de paz e de educação ambiental, que busque a sustentabilidade planetária.

É alvissareiro que a Campanha da Fraternidade de 2017 trabalhe o tema "Fraternidade: Biomas Brasileiros e defesa da vida" e com o lema "Cultivar e guardar a criação" (Gênesis 2,15). É imprescindível o engajamento da sociedade na proteção aos biomas.

Nossos seis biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal – sofrem com o desmatamento de vegetações nativas, inserção de espécies invasoras, incidência de queimadas e incêndios florestais, biopirataria e ameaça de extinção de espécies; aterramento de cursos d'água; erosão e empobrecimento do solo; poluição e contaminação dos recursos hídricos; destruição de ecossistemas e promoção de atividades degradadoras. Prevenir é preciso, pois nem sempre é possível recuperar.

Segundo o Inventário Ambiental da Semace, o Ceará possui 57% de cobertura vegetal. Desse total, 88% são do bioma Caatinga, presente exclusivamente no Nordeste. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sema), sob orientação do governador Camilo Santana, deve plantar 71 mil árvores nos próximos anos nas bacias dos rios Pacoti e Cocó, dentro do programa Ceará Mais Verde, com recursos do Estado e fruto de parcerias com empresas privadas, como a Unimed e o grupo C. Rolim.

Para o incremento da produção de mudas, está se revitalizando o viveiro de Pacoti e será implantado outro, na Unilab. O projeto Previna, por sua vez, está sendo estruturado para combater incêndios, principalmente derivados de queimadas, um formato que precisa ser descartado pelo nosso sertanejo.

O pensamento é conviver, da melhor forma, com a realidade do semiárido. No fim de março, durante a Festa Anual das Ár-

vores, nosso tema será "Quem planta árvores colhe chuva". É fundamental mudar a cultura atual e preparar o futuro. Por isso, a Sema investe em parcerias com a Seduc, tais como o projeto Parque-Escola – capacitando professores para aulas em nossas Unidades de Conservação –, e a Escola Sustentável, que premia colégios que possuam iniciativas inovadoras de preservação do meio ambiente.

Chico Mendes, presente!

O Povo, 14/06/2018

2018 marca os 30 anos da morte de Francisco Alves Mendes Filho, o "Chico Mendes". O líder dos trabalhadores rurais e dos seringueiros da Amazônia nasceu em 1944, em Xapuri, no Acre, onde também foi assassinado, covardemente, aos 44 anos, em 1988. O filho de migrante cearense morreu por denunciar a intensidade do desmatamento da floresta amazônica.

Seringueiro, sindicalista, parlamentar e ambientalista de fama internacional, certamente o maior ativista brasileiro. Sua tragédia fortaleceu as políticas em prol do meio ambiente e as áreas de proteção ambiental expandiram-se no Brasil. Como não havia escolas na região, só aprendeu a ler aos 20 anos.

Mas tornou-se conhecido mundialmente por sua luta contra a destruição da floresta promovida por pecuaristas. Em 1985, ele liderou o 1º Encontro Nacional de Seringueiros, durante o qual foi criado o Conselho Nacional da categoria, além da proposta de criar uma "União dos Povos da Floresta", unindo interesses de indígenas, seringueiros, castanheiros, pequenos pescadores, quebradeiras de coco e populações ribeirinhas, através da criação de reservas extrativistas. Elas preservariam áreas indígenas e a floresta, além de promover a reforma agrária.

Isso levou o governo a criar reservas florestais para a colheita não predatória de matérias-primas como o látex e a castanha do Pará. A partir daí, foram criadas as primeiras Reservas Extrativistas (Resex) do País, que mais tarde transformaram-se em modelo global de preservação e de inclusão social.

No ano anterior ao de sua morte, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passou a exigir que o governo brasileiro realizasse estudos de impacto ambiental na Amazônia. Chico Mendes recebeu, ainda em 1987, o Prêmio Global 500, de preservação ambiental, conferido pela ONU. No Brasil, um decreto assinado pelo Presidente Lula colocou o nome de Chico Mendes no Livro dos Heróis da Pátria, ao lado de Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Santos Dumont e José Bonifácio.

Este legado ímpar deixou-me extremamente honrado ao ser agraciado com a medalha Chico Mendes, conferida pela Assembleia Legislativa do Ceará, por indicação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema), reconhecendo as políticas ambientais do governo Camilo Santana.

A comenda mostra que o brado do ambientalista continua ecoando. Suas palavras vivem em todos nós, que guardamos o dever da defesa do meio ambiente e entendemos, assim como ele, que "floresta não é obstáculo, é um ativo". Chico Mendes, presente!

Política de proteção animal

Diário do Nordeste, 10/03/19

Com os avanços na manutenção e ampliação das Unidades de Conservação (UCs), que têm o Parque Estadual do Cocó como grande símbolo desta mudança positiva, além da política de Florestamento e Reflorestamento e de incentivo ao cultivo de espécies nativas, a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (Sema) consolidou a ideia da preservação da flora em nosso Estado.

Nesta segunda gestão do governador Camilo Santana – que é ambientalista e funcionário do Ibama – temos o intuito de intensificar o cuidado com a fauna do nosso Estado. E não somente os animais silvestres, já que quase 50% dos domicílios possuem animais de estimação de variadas espécies.

Está em estudo um grande levantamento sobre a nossa fauna, concentrada principalmente no semiárido, onde predomina a Caatinga. A ideia é divulgar o “Livro Vermelho de Extinção de Animais”, publicizando quais as espécies de nosso habitat estão ameaçadas de extinção, localizando-as geograficamente e traçando estratégias de preservação.

A partir destas e outras informações será possível elaborar – com a ajuda de todas as entidades que porventura trabalhem com o tema uma minuta do que seria a Política Estadual de Proteção Animal, a ser enviada como mensagem governamental à Assembleia Legislativa, determinando diretrizes protetivas, regulamentando ações, tipificando crimes e incentivando a educação ambiental.

É nossa intenção realizar um grande seminário para discutir as atuais condições de atendimento aos animais no nosso Estado. A partir daí, institucionalizar procedimentos que darão guarida à nossa fauna, seja ela silvestre ou doméstica, garantindo a vida dos animais.

Árvore é vida

O Povo, 15/03/19

O Governo do Estado realiza a Festa Anual das Árvores (FAA) 2019 de 17 de 24 de março, sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (Sema). O tema deste ano será "Compostagem - Transformando resíduo orgânico em adubo". O evento tem parceria de 117 municípios, Unidades de Conservação Estaduais, além de ONGs, universidades, escolas, ambientalistas e entidades privadas.

São várias ações de sensibilização: revitalização de viveiros regionais para produção de mudas, lançamento do Plano de Coletas Seletivas múltiplas para 103 municípios e anúncio do plantio de 12.400 mudas com parceiros (C. Rolim Engenharia, Unimed Fortaleza e Chesf), além de atividades de educação ambiental, lazer e esporte do Projeto Viva o Parque.

As árvores são fundamentais principalmente para um estado localizado no semiárido. Ações de florestamento e reflorestamento proporcionam maior infiltração das águas, resultando na recuperação de nascentes, da biodiversidade e de ecossistemas naturais, prevenindo a erosão e a desertificação.

A revitalização de viveiros regionais reforça a implementação do Projeto de Florestamento, Reflorestamento e Educação Ambiental do Ceará, do Programa Ceará Mais Verde. O foco é a produção de mudas nativas destinadas à recuperação de áreas degradadas e as ações de educação ambiental. Os viveiros abrangem diferentes polos do Estado, possibilitando uma logística eficaz da doação de mudas.

Nas áreas urbanas, a arborização exerce papel de vital importância para a qualidade de vida das cidades, atuando na qualidade do ar, no nível de ruídos, na paisagem, além de constituir refúgio indispensável à fauna. Pela redução da incidência direta da energia e do aumento da umidade relativa do ar, a arborização pode contribuir para a redução de até 4°C de temperatura.

A escolha do tema busca a convergência entre a FAA e a Política Estadual de Resíduos Sólidos, que determina que os municípios implantem sistema de compostagem para resíduos sólidos

orgânicos e articulem com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido. Árvore é vida, sendo aproveitada em todos os momentos do seu ciclo.

3ª PARTE: RESÍDUOS SÓLIDOS

Ceará: Pela erradicação dos lixões

Diário do Nordeste, 02/08/16

O Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil de 2012 revela que o Ceará produz diariamente cerca de 9 mil toneladas de lixo: o 2º maior produtor do Nordeste e o 5º do Brasil. Cada cearense produz uma média 1,098kg de lixo/dia. Há 280 lixões no Estado. Dos 184 municípios, 21 possuem coleta seletiva e só 10 têm aterros sanitários.

Camilo Santana sancionou a Lei e a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Ela objetiva a gestão ambientalmente adequada do lixo. Já foi lançado o Produto Selo Verde, que reduziu o ICMS de 17% para 7% para produtos que tenham em sua composição matéria-prima reciclada.

É preciso disseminar a ideia de que não existe lixo, mas o resíduo sólido reciclável, que forma uma cadeia produtiva, e o rejeito. Ao separar resíduos, o cidadão gera emprego e renda, pois ajuda catadores – beneficiados pelo atual governo com licenças ambientais simples e gratuitas – e os empresários do setor.

O Plano Estadual abrange todo o Estado, num horizonte de 20 anos, com revisões quadrienais. Objetivos: desativar e recuperar as áreas degradadas pelos lixões; desenvolver coleta seletiva; implantar logística reversa e compostagem de resíduos orgânicos; incluir os catadores e realizar capacitação continuada.

A Secretaria do Meio Ambiente (Sema) está elaborando Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de 11 regiões. Haverá planos de coleta seletiva em 92 municípios do Cariri e em três bacias hidrográficas estratégicas – Acaraú, Metropolitana e Salgado. A coleta seletiva nos níveis municipal e regional será construída com todos os segmentos, com sistema informatizado para divulgação de oferta e demanda de resíduos e aquisição de equipamentos e máquinas. A Secretaria das Cidades vai investir, até 2017, R\$ 105 milhões na construção de Centrais de Tratamento de Resíduos e Ecopontos em 25 municípios do Vale do Jaguaribe e no Vale do Acaraú.

No Ceará, ainda sem total cobertura de saneamento básico, cuidar da correta destinação de nossos resíduos não só ganha ares de urgência, mas também é determinante para a saúde e um meio ambiente sustentável.

Selo Verde: estímulo à responsabilidade ambiental

O Povo, 29/02/16

O governador Camilo Santana vem investindo forte na área ambiental. A criação de uma secretaria do Meio Ambiente (Sema), o trabalho para regulamentação do Parque do Cocó, a formação de um Plano de Florestamento e Reflorestamento para o Ceará e a criação do Selo Verde para produtos reciclados são sinais claros do grau de prioridade dado à questão.

O Produto Selo Verde constitui um importante instrumento de responsabilização social. Ele será condição para cessão de benefícios fiscais para produtos que tenham em sua composição matéria-prima oriunda de reciclagem.

Segundo a nova lei, operações com produto composto por materiais reciclados que receberem a certificação do Selo Verde terão redução de 58,82% da base de cálculo do ICMS. Os produtos devem ser resultantes de reciclagem de plásticos, papel, papelão, resíduos sólidos da construção civil e outros materiais. A certificação, com validade de 24 meses, será emitida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).

O mercado de material reciclado é uma realidade que permite redesenhar políticas socioeconômicas de forma sustentável, revertendo um quadro de degradação – gerado pela intensa produção de resíduos no meio urbano – em benefícios para o cidadão.

O Produto Selo Verde quer disseminar a ideia de que não existe lixo, mas o resíduo sólido reciclável e o rejeito, que formam uma cadeia produtiva. Ao separar seus resíduos, o cidadão gera emprego e renda, pois ajuda catadores – também beneficiados pelo atual governo com licenças ambientais mais simples e gratuitas –, os empresários do setor – que poderão fazer o marketing do seu produto – e, conseqüentemente, o próprio bolso, já que terá acesso a produtos ecologicamente corretos e mais baratos.

O Produto Selo Verde é uma aposta do governo do Ceará em busca de uma sociedade ambientalmente equilibrada, consciente de que é urgente agir no presente para garantir o bem-estar de nossas futuras gerações.

Meio ambiente em xeque

O Povo, 20/09/18

Dentre os diversos desafios na gestão do meio ambiente do Estado, um dos maiores é, sem dúvida, a correta destinação dos resíduos sólidos. Em 2016, o governo Camilo Santana aprovou a Lei da Política Estadual e, no mesmo ano, lançou o Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

A partir daí, as coisas avançaram. Estado e municípios elaboraram 14 Planos Regionais de Resíduos Sólidos. Foi um enorme esforço para se adaptar à Lei Federal 12.305, de 2010, que estabeleceu prazo até o ano de 2014 para acabar com os lixões. Infelizmente, o Ceará ainda possui mais de 300.

Queremos substituí-los por aterros sanitários, com menores dimensões adotadas por municípios consociados. Estudos mostram que 60% a 70% dos resíduos podem ser reaproveitados: os orgânicos para compostagem e os inorgânicos para reciclagem.

Hoje, já existem 81 Planos Municipais de Coletas Seletivas e, até setembro deste ano, todos os municípios cearenses deverão ser alcançados. A ideia é adotar uma política de pré-aterro ou extinguir os lixões progressivamente.

Iniciamos ações na área de logística reversa, pela qual os produtos devem ser recolhidos pelas empresas, em pontos de coleta, para serem descartados de maneira correta ou reaproveitados. Há um trabalho realizado pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do Ceará - em parceria com vários outros órgãos - na área de agrotóxicos, fiscalizando a venda, o uso e o descarte das embalagens vazias. Mas estamos estabelecendo metas para outros setores. A sociedade pode ajudar descartando devidamente os resíduos.

Por isso, investimos em educação ambiental. Um exemplo é o Selo Escola Sustentável, em parceria com a Secretaria da Educação. O Selo é uma certificação que premiará escolas públicas estaduais que atinjam determinada pontuação na classificação de projetos e ações focadas em educação ambiental e sustentabilidade.

Espera-se que, desta forma, a comunidade do entorno das escolas se conscientize e possa adquirir bons hábitos. A saúde e o meio ambiente agradecem.

Resíduos sólidos e sustentáveis

Diário do Nordeste, 22/04/2017

A implementação da Política de Resíduos Sólidos, de acordo com a lei federal 12.305, de 2010, provoca um grande desafio ao povo brasileiro, já que ela muda paradigmas, agora focados no uso racional dos recursos naturais e do consumo consciente, objetivando o ideal de uma sociedade sustentável.

O Ceará, que tem na pessoa do governador Camilo Santana um ambientalista, vem procurando fazer o seu dever de casa baseado numa lógica de harmonia com a natureza, tendo como elementos norteadores a preservação do patrimônio ambiental, a reciclagem, o tratamento adequado de resíduos e a implementação de um modelo de gestão compartilhada a partir de arranjos territoriais entre municípios, maximizando os recursos humanos, financeiros e de infraestrutura.

Em 2016, o governo do Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), publicou o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que traz em seu escopo metas a serem cumpridas a curto, médio e longo prazo em um intervalo de 20 anos, quando este documento deverá ser atualizado. Desta forma, encontram-se em fase de elaboração 11 planos de Gestão Regionalizada de Resíduos Sólidos, contemplando nossos 184 municípios, e ainda a elaboração de quatro planos de coleta seletiva beneficiando inicialmente 92 cidades e a implementação de um projeto modelo, incluindo a organização dos catadores residentes nestes municípios. Para subsidiar tecnicamente a erradicação dos lixões, estão sendo elaborados, inicialmente, 81 Planos de Recuperação destas Áreas Degradadas.

Por sua vez, a logística reversa estará regulamentada por meio de Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), iniciando pelas embalagens vazias de agrotóxico e embalagens em geral, a partir de termos de compromisso a serem firmados com os responsáveis. Juntamente com a Secretaria das Cidades, encontram-se em fase de implementação as ações de gestão integrada de resíduos, na forma consorciada, para as regiões do Sertão Norte, Litoral Leste e Médio Jaguaribe, contemplando 28 municípios. Em termos de recursos financeiros,

o Estado, dentro do Programa de Resíduos Sólidos, criado em 2015, investiu aproximadamente R\$ 78 milhões, além da disponibilização de sua equipe técnica para assessorar os municípios na implementação de sua política.

Há outras iniciativas importantes, a exemplo do decreto governamental que reduziu o ICMS da indústria da reciclagem de 17 para 7%, certificando os produtos oriundos de material de reciclagem. Ainda neste sentido, em 2007 o estado criou, também por meio de decreto, o ICMS Sócio Ambiental, que estabeleceu indicador de sustentabilidade ambiental com foco na política de resíduos sólidos para destinação de 2% dos recursos.

A tarefa central é justamente garantir uma ambiência mais saudável no presente e no futuro, tratando os resíduos sólidos de forma sustentável, modificando a atual e mais comum concepção de resíduo sólido como lixo, deixando claro que, dentro de programas de reaproveitamento e correta destinação, ele pode vir a gerar, inclusive emprego e renda.

Coleta seletiva: os resíduos como desafio

O Povo, 21/06/19

Dentre os diversos desafios na gestão do meio ambiente do Estado, um dos maiores é, sem dúvida, a correta destinação dos resíduos sólidos. Em 2016, o governo Camilo Santana aprovou a Lei da Política Estadual e, no mesmo ano, lançou o Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

A partir daí, as coisas avançaram. Estado e municípios elaboraram 14 Planos Regionais de Resíduos Sólidos. Foi um enorme esforço para se adaptar à Lei Federal 12.305, de 2010, que estabeleceu prazo até o ano de 2014 para acabar com os lixões. Infelizmente, o Ceará ainda possui mais de 300.

Queremos substituí-los por aterros sanitários, com menores dimensões adotadas por municípios consociados. Estudos mostram que 60% a 70% dos resíduos podem ser reaproveitados: os orgânicos para compostagem e os inorgânicos para reciclagem.

Hoje, já existem 81 Planos Municipais de Coletas Seletivas e, até setembro deste ano, todos os municípios cearenses deverão ser alcançados. A ideia é adotar uma política de pré-aterro ou extinguir os lixões progressivamente.

Iniciamos ações na área de logística reversa, pela qual os produtos devem ser recolhidos pelas empresas, em pontos de coleta, para serem descartados de maneira correta ou reaproveitados. Há um trabalho realizado pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do Ceará - em parceria com vários outros órgãos - na área de agrotóxicos, fiscalizando a venda, o uso e o descarte das embalagens vazias. Mas estamos estabelecendo metas para outros setores. A sociedade pode ajudar descartando devidamente os resíduos.

Por isso, investimos em educação ambiental. Um exemplo é o Selo Escola Sustentável, em parceria com a Secretaria da Educação. O Selo é uma certificação que premiará escolas públicas estaduais que atinjam determinada pontuação na classificação de projetos e ações focadas em educação ambiental e sustentabilidade.

Espera-se que, desta forma, a comunidade do entorno das escolas se conscientize e possa adquirir bons hábitos. A saúde e o meio ambiente agradecem.

4ª PARTE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Viver no Semiárido

Diário do Nordeste, 24/11/16

Amor e o cuidado com o meio ambiente também se aprendem na escola. Crianças que vivem no sertão nordestino tratam, com estes instrumentos, da realidade existente naquele bioma de forma lúdica. Nesse sentido, a escolha do tema "Viver bem no Semiárido", neste ano, do Programa Agrinho, foi de intensa sensibilidade e pertinência. A iniciativa, de responsabilidade social do Senar/AR-CE, premia, através de concurso, quatro categorias: Redação, Desenho, Experiência Pedagógica e Município Agrinho. O aprendizado é inegável e possui intensa capilaridade.

O concurso estimula a formação de futuros produtores rurais mais conscientes com o conjunto de ecossistemas. No semiárido, as implicações negativas geradas pelas condições climáticas podem fazer enorme diferença no futuro dos estudantes.

Portanto, a secretaria do Meio Ambiente apoia a iniciativa. O programa está em sua 14ª edição. Desde 2007, os trabalhos do Agrinho, no que diz respeito as redações e desenhos, são julgados e classificados pelos técnicos da Sema. O programa traz uma proposta inovadora para trabalhar com crianças das escolas rurais, considerando que esta é o maior veículo para formação de um cidadão consciente com o meio ambiente, a partir de ações educativas, desde a primeira infância, tornando o meio ambiente e seus problemas parte integrante da vida infantil e de suas famílias.

A exemplo das demais ações da Sema, o projeto estimula a consciência ecológica nesta e nas futuras gerações. O meio ambiente tratado com carinho e atenção é o primeiro passo à construção de um mundo melhor e sustentável.

Parque-Escola

O Povo, 14/11/16

“A natureza é o único livro que oferece um conteúdo valioso em todas as suas folhas.”

(Goethe)

Há algo de novo e positivo nas Unidades de Conservação do Estado. Por meio de atividades promovidas pelo governo Camilo Santana, a população voltou a ocupar estes espaços. Os parques do Cocó, em Fortaleza, e Botânico, em Caucaia, já têm o Projeto “Viva o Parque”, que ocorrem todos os domingos, de 7h às 12 horas, com diversas atividades de esporte, lazer, cultura, entretenimento e educação ambiental para toda a família.

O Cocó terá sua regulamentação efetivada até o fim deste ano, consolidando-o como o maior parque urbano da América Latina. O Parque Estadual Botânico, por sua vez, está completando 20 anos de fundação com uma vasta programação, homenageando personalidades e empresas que ajudaram na sua concepção e manutenção. O que é mais importante neste cenário: milhares de pessoas voltaram a frequentar estes bens públicos.

Paralelamente, outra ação merece destaque: o “Projeto Parque-Escola – Aprendendo com a natureza”, uma parceria entre a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) e a Secretaria da Educação (Seduc) do Estado do Ceará. O objetivo é dar condições para que cada comunidade tenha consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os seres humanos mantêm entre si e com os demais elementos da natureza e de seu papel na articulação e promoção do desenvolvimento sustentável.

O Parque-Escola busca desenvolver novas abordagens interdisciplinares de educação baseadas em vivências com a natureza, ao transformar os Parques Estaduais em “salas de aula”, propiciando novas formas de construção do conhecimento. O programa está propiciando aos professores e a centenas de alunos momentos de contato e comunhão com a natureza, aprofundando, na prática, suas percepções e compreensão sobre o meio ambiente.

Os professores das escolas públicas estaduais estão sendo capacitados para a prática interdisciplinar e transdisciplinar da educação ambiental nos parques estaduais, conhecendo-os e ajudando a divulgá-los e preservá-los. Além do Cocó e do Botânico, professores e alunos estarão utilizando o Sítio Curió e o Recanto Ecológico da Seduc, em Fortaleza, e o Parque Estadual Sítio Fundão, no Crato.

A educação ambiental tem o papel fundamental de promover uma consciência crítica sobre a importância da reaproximação com o ambiente natural e de sua preservação para a presente e futuras gerações. Essa reconexão com a natureza é imprescindível, visto o grau de degradação que a sociedade imprime ao planeta.

Educação ambiental na escola

O Povo, 12/07/17

Foi aprovado, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei 038/2017, que cria o Selo Escola Sustentável, de iniciativa das secretarias estaduais da Educação (Seduc) e do Meio Ambiente (Sema). O objetivo é fomentar a consciência e o engajamento da comunidade escolar em relação ao uso racional dos recursos públicos e naturais. Melhor dizendo, se quer que as escolas da rede estadual de ensino pautem suas ações a partir do corte da sustentabilidade, do apego ao meio ambiente e com uma forte planificação quando da utilização de seus recursos.

Pela nova lei, as cerca de 700 escolas estaduais concorrerão à certificação e a prêmios. A Educação Ambiental deverá ser ferramenta de planejamento e gestão escolar, bem como haverá incentivo do uso de metodologias de ensino interdisciplinares baseadas no contato com o natureza. A meta é reduzir os impactos ambientais nas escolas, promovendo a melhoria da qualidade de vida e de trabalho nestes espaços. Queremos consolidar uma mentalidade sustentável desde cedo, começando com as crianças e os jovens, de forma que eles incentivem e repitam estas práticas em suas casas, influenciando toda a comunidade escolar.

Não adianta a escola falar sobre sustentabilidade se ela não fizer a sua parte, ou seja, se este conceito não fizer parte da ambiência escolar. Não se trata aqui somente de campanhas contra gastos desnecessários – comuns, notadamente no quesito água –, mas de toda uma gama de procedimentos que devem ser incorporados ao dia a dia da comunidade escolar, tanto do ponto de vista interno como no entorno: compras certificadas ambientalmente, medidas de economia no uso de recursos, incentivo à alimentação saudável na merenda, campanhas de conscientização a respeito de arboviroses, atividades regulares de educação ambiental de alunos e professores.

O Selo – que terá validade de três anos – será atribuído a partir do julgamento do Comitê Gestor composto por servidores da Sema, Seduc, e representantes das Comissões de Educação e Meio Ambiente da AL, do Conselho Estadual do Meio Ambien-

te (Coema), e do Conselho Estadual de Educação, que premiará os estabelecimentos melhor classificados. O Comitê pautará sua decisão a partir de vários critérios, tais como uso de materiais sustentáveis, gestão eficiente da água, uso de energias limpas, práticas de respeito ao patrimônio cultural e ecossistemas locais, práticas de promoção dos direitos humanos e promoção do conhecimento das condições do bioma e clima locais.

Além da formação de crianças e de jovens, as escolas serão pontos importantes de debates e disseminação do ideal da sustentabilidade ambiental para toda a comunidade do entorno, já que os pais e os responsáveis serão, necessariamente, potencialmente atingidos pelas novas concepções. Num estado como o nosso, localizado numa zona semiárida, tais práticas favorecerão, certamente, a construção de uma sociabilidade solidária com nossos recursos e com nossa população.

Educação ambiental

O Povo, 19/12/2018

Olhe ao seu redor. Exemplos não faltam. Num estado como o nosso, incrustado no semiárido nordestino, pessoas desperdiçam água em suas atividades diárias, pasmem, até mesmo lavando a calçada. Mesmo com um clima quente, árvores são abatidas sem qualquer critério, com “justificativas” do tipo “estavam atrapalhando a fiação”. Lixo é jogado na rua todos os dias, aleatoriamente, muitas vezes através da janela dos veículos luxuosos e também em nossos mananciais.

Tem mais. Aparelhos eletrônicos são ligados desnecessariamente de dia e à noite. Nosso belo litoral é infestado de copos descartáveis, garrafas PET e canudinhos de plástico. Animais são abandonados em nossos logradouros sem qualquer cuidado. Excesso de veículos nas nossas vias dificultam o tráfego e aumentam a poluição.

Todos os casos acima podem ser adicionados a uma lista imensa de pequenas ou grandes atitudes que prejudicam o meio ambiente. Em muitos destes casos, faltam às pessoas parâmetros adequados do que hoje chamamos de educação ambiental. Mas, o que é isso mesmo? Como traduzir isto em palavras e ações?

Trata-se de um processo educativo materializado em valores éticos e nas regras políticas de convivência social e de mercado, no tocante a benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. A educação ambiental deve incentivar uma cidadania ativa, de forma que nos sintamos pertencentes e responsáveis pela nossa ambiência, por meio de ações coletivas e organizadas, buscando a compreensão e a superação das causas dos problemas ambientais.

Por conta desta máxima, inclusive, o governo do Estado lançou o Selo Escola Sustentável, sob a responsabilidade conjunta de duas secretarias – Meio Ambiente e Educação – de forma a premiar condutas e projetos de educação ambiental na rede estadual de ensino. É importante que nossos jovens desenvolvam desde cedo a capacidade de pensar e agir de forma sustentável.

De nada porém adiantará tal ideia se as pessoas não tomarem como hábito diário cuidar de si mesmas, dos seus semelhantes e da natureza. É preciso que se entenda que educação ambiental não é um modismo, mas a única alternativa viável de preservarmos nossas vidas neste mundo.

5ª PARTE: PARQUE ESTADUAL DO COCÓ

Pacto pelo Cocó

O Povo, 01/02/16

O rio Cocó nasce na Serra da Aratanha, percorrendo Pacatuba, Maracanaú e Fortaleza, desaguando entre as praias Caça e Pesca e Sabiaguaba. O canal principal tem extensão aproximada de 42,5km e sua bacia hidrográfica é a mais extensa e de maior área física na Região Metropolitana.

O Cocó é um dos maiores parques naturais urbanos das Américas. Supera o Ibirapuera, em São Paulo, e o Central Park, em Nova York. Um oásis verde de grave importância, dado que os mangues são considerados áreas de preservação permanente, protegidos pelo Novo Código Florestal.

A ideia do Parque Ecológico surgiu com o intuito de proteger e conservar os recursos naturais existentes e propiciar condições para atividades de educação, lazer, esporte, turismo ecológico e pesquisa científica. Dois decretos, de 1989, na gestão Tasso, e de 1993, no governo Ciro, declararam de interesse social, para fins de desapropriação, a área do Parque. Como não houve a regulamentação no prazo de cinco anos, os documentos caducaram. Por isso, o Parque existe de fato, mas não de direito, fazendo-se necessário delimitar área de forma definitiva.

O Cocó vem sendo agredido pela especulação imobiliária e por ocupações irregulares, com seu tamanho reduzido ano a ano. Ao receber as águas do riacho Timbó, o Cocó é impactado por grande quantidade de resíduos industriais e domésticos de Maracanaú. No Jangurussu, sofre desgaste por conta do resquício do aterro sanitário que funcionou ali entre 1977 e 1998. Há ainda desmatamentos, queimadas, lixo, plantas invasoras, animais domésticos competindo com fauna silvestre, além do furto das cercas de proteção.

A regulamentação do Cocó é prioridade do governador Camilo Santana. O Pacto pelo Cocó, que reúne diversas entidades, tendo à frente a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), é uma ação articulada pelo Estado que objetiva recuperar o Cocó, restaurando a navegabilidade e buscando parâmetros recomendáveis de balneabilidade. Busca-se criar uma unidade de conservação

interligando a nascente até a foz. Em 2015, a retirada de mais de 150 toneladas de vegetação do espelho d'água, entre as avenidas Sebastião de Abreu e Murilo Borges, recuperou a navegação, propiciando o retorno de passeios turísticos e educativos.

O Pacto pelo Cocó evidencia a urgência dada pelo Estado à causa, vislumbrando, assim, a gestão sustentável dos recursos naturais existentes. São passos firmes que são dados rumo à tão sonhada regulamentação.

Cuidado ambiental: marca do governo Camilo

O Povo, 04/06/16

Uma das marcas da gestão Camilo Santana é o cuidado com a área ambiental. O primeiro sinal foi a criação de uma Secretaria (Sema) que forma, juntamente com a Superintendência (Semace) e o Conselho (Coema), o Sistema Estadual do Meio Ambiente. Os sinais são positivos.

O Selo Verde, por exemplo, é hoje condição para cessão de redução de quase 60% da base de cálculo do ICMS para produtos que tenham em sua composição matéria-prima oriunda de reciclagem. O mercado de material reciclado é uma realidade que permite redesenhar políticas socioeconômicas de forma sustentável, revertendo um quadro de degradação gerado pela intensa produção de resíduos no meio urbano.

Por sua vez, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos abrangerá todo o Ceará, num horizonte de 20 anos, com objetivo de desativar e recuperar as áreas degradadas pelos lixões. Além disso, se quer implantar a coleta seletiva em todas as regiões, implantar a logística reversa e a compostagem dos resíduos orgânicos, além de incluir os catadores de materiais recicláveis na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Já o Plano Estadual de Florestamento e Reflorestamento veio para combater o desmatamento. O Programa Ceará Mais Verde, previsto no Plano Plurianual, vem investindo no trabalho de reflorestamento e proteção de nascentes – com implementação e estruturação de viveiros para produção de mudas, identificação da flora e incentivo ao cultivo de espécies nativas – desenvolvido em paralelo com ações de educação ambiental. O desejo é sair das atuais 80 mil mudas produzidas ao ano para quase 1 milhão até 2019.

Porém, a mais importante vitória na política ambiental do Ceará é a delimitação do Parque do Cocó. O projeto do governo, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, está sendo democraticamente discutido com a sociedade. O objetivo é a concretização de um dos maiores parques urbanos de todo o mundo. O Parque

do Cocó terá 1.056ha, superando o Ibirapuera, em São Paulo (221ha), e o Central Park (341ha), em Nova York.

A proposta cria ainda três Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie) que, somadas a mais quatro unidades de conservação municipais, comporão um mosaico de 2.907ha. Além disso, o Pacto pelo Cocó prevê a limpeza do rio, que já teve sua navegabilidade restabelecida em alguns trechos, inclusive com retorno do passeio de barco.

No Dia Mundial do Meio Ambiente, é importante que estas ações governamentais sejam não só celebradas, mas assimiladas e disseminadas pela população, de forma a afirmar uma cultura permanente de preservação de nossos recursos naturais.

Parque do Cocó: diálogo democrático

O Povo, 23/06/16

A marca do governo Camilo Santana é o diálogo. Em relação ao meio ambiente, não poderia ser diferente, já que tais iniciativas interferem na vida de um sem número de grupos e interesses. No projeto de regulamentação do Parque do Cocó, a regra foi seguida à risca.

Desde 2015, com a decisão de delimitar o Parque, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sema) vem consolidando ideais com o Fórum Permanente pela Regulamentação do Cocó, que reúne 25 entidades ligadas ao movimento ambiental. Foi a primeira instituição para a qual Estado e Prefeitura de Fortaleza mostraram a atual proposta em discussão.

O Cocó tornar-se-á um dos maiores parques urbanos do mundo, da BR-116 até a foz do rio, com 1.056 hectares (ha), superando o Ibirapuera, em São Paulo (221 ha), e o Central Park (341 ha), em Nova York. A proposta cria ainda três Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie) que, somadas a mais quatro unidades de conservação municipais, comporão um mosaico de áreas protegidas de 2.907 ha. É o coroamento de uma luta de quase 40 anos contra a especulação imobiliária, ocupações irregulares e a poluição do rio.

Desde o ano passado, uma empresa faz diagnóstico de todas as comunidades impactadas pela criação do equipamento. Foram identificados 666 imóveis. Em relação às famílias, o levantamento ainda está sendo realizado. É um segundo momento, que depende da finalização do Decreto.

Houve vários debates. Primeiro, somente com lideranças. Depois, técnicos da Sema fizeram oito reuniões, em maio, nos locais de moradia. Além disso, mais duas audiências públicas com residentes, uma audiência conjunta – Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores –, além de reuniões à parte com representantes da Sabiaguaba. A proposta foi discutida também com o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema).

As famílias tradicionais da Sabiaguaba deverão permanecer no Parque. Há um grupo de trabalho da Sema com este grupo, em

parceria com outras instituições, buscando uma saída jurídica para o problema. O governo fará ainda um concurso de ideias para dotar o Parque, uma floresta dentro da cidade, de equipamentos de lazer, esporte, estudo ou contemplação.

Esta conquista só terá sentido se for consolidada com paz e democracia: um compromisso com a natureza superando divergências. Acima dos interesses, há um equipamento de importância única. Isso não podemos jamais perder de vista.

Cocó: o sonho vira realidade

Diário do Nordeste, 16/05/2016

A firme decisão política do governador Camilo Santana e do prefeito Roberto Cláudio está prestes a transformar um sonho verde da região Metropolitana de Fortaleza em realidade. A regulamentação do Parque do Cocó já tem corpo definido. A proposta do governo do Estado foi apresentada ao Fórum Permanente pela Implantação do Parque do Cocó, que reúne 25 entidades. O envio do projeto de forma prioritária ao Fórum faz parte da política de diálogo do governador com a sociedade civil e foi também um sinal de respeito a instituições que lutam por isso há pelo menos 40 anos.

A proposta de mosaico na bacia do Cocó pretende criar uma rede de áreas protegidas de 2.907,44ha. São 1.050,85ha do Parque Estadual do Cocó; 146,40ha da ARIE Estadual das Dunas do Cocó; 157,00ha da ARIE do Rio Cocó; 1.019,49ha da APA da Sabiaguaba; 467,61ha do Parque Natural Municipal de Sabiaguaba; 37,80ha do Parque Linear Adahil Barreto; 15,72ha da ARIE Municipal Dunas do Cocó e 12,57ha da ARIE das Dunas da Cidade 2000.

Para se ter uma ideia, será um dos maiores parques urbanos de todo o mundo, superando o Ibirapuera, em São Paulo (221ha), e o Central Park (341ha), em Nova York. O pulmão de resistência de uma cidade que tinha, em 1968, 66% de seu território coberto por áreas verdes e que hoje só possui 6%. O governo deverá promover um concurso de ideias para envolver arquitetos, ambientalistas e demais especialistas para desenvolver projetos para o Parque, com equipamentos a serem usufruídos pela população, com opções de esporte, lazer, educação ambiental e contemplação.

Paralelamente, estamos discutindo o Pacto pelo Cocó, para recuperar o rio que dá nome ao Parque, que possui 42km de extensão, cuidando de toda bacia, com proteção da nascente até a foz, através de parcerias entre governo do Estado e prefeituras. A navegabilidade do Cocó já foi restabelecida em alguns trechos. Falta recuperar sua balneabilidade. O Cocó tem vida, com

fauna e flora riquíssimas. Cabe a todos nós não deixá-lo transformar-se num Tietê.

Importante ressaltar a democracia deste debate. O processo se dará em várias etapas, com consulta pública – através de audiências na Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa –, com a participação ampla da sociedade. Goethe lembrava que “a natureza é o único livro que oferece um conteúdo valioso em todas as suas folhas”. Para que ele seja lido com vigor e respeito é necessário convergência de interesses da sociedade. Este é o principal fundamento para o sucesso do novo Parque do Cocó. É importante que cada cidadão entre nesta luta e se empenhe em salvar, demarcar e, principalmente, cuidar deste espaço como seu.

Plano e concurso ambiental para o Cocó

O Povo, 09/08/17

O jornalista Demitri Túlio é um arguto observador de nossa realidade, um defensor do meio ambiente e, acima de tudo, um amante do Parque do Cocó. Suas críticas sempre são vistas por nós, que fazemos a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (Sema), com todo o respeito. Na sua coluna Das Antigas, no último domingo (6/8), ele explicitou seu incômodo pelo fato de termos lançado o Concurso de Ideias para o Parque antes de ele ter Plano de Manejo.

Ocorre que a natureza – e o Cocó, obviamente – não podem mais esperar. A regulamentação demorou 40 anos. Dessa forma, ao mesmo tempo que o Concurso de Ideias foi lançado, cuidamos também do Plano de Manejo. Estudo elaborado pela empresa Arcadis Logos servirá de base para elaboração de um Termo de Referência. Estamos verificando todas as possibilidades para que, seguindo todos os ritos legais, o documento seja concluído o mais rapidamente possível. O Plano, inclusive, pautará qualquer intervenção sugerida para o Parque. O Edital já foi publicado e está na Procuradoria Geral do Estado (PGE) para abertura de processo licitatório, prevista para o dia 6 de setembro.

Além disso, o Conselho Gestor do Parque deve ser instalado até o fim de 2017. Uma equipe técnica da Sema está trabalhando um Edital de Chamamento que deverá contemplar representantes de comunidades tradicionais, entidades ambientais e órgãos públicos que tenham relação com o Parque. O Conselho discutirá todas as questões relativas ao equipamento.

Paralelamente, o tempo de inscrição do Concurso de Ideias foi prorrogado até 11 de novembro. Apesar de já contarmos com 21 participantes, vários arquitetos daqui e de outros estados reclamaram, com razão, da exiguidade do tempo estipulado anteriormente, dada a complexidade do trabalho e suas variáveis, como tamanho, características topográficas e de vegetação.

Asseguro que as intervenções sugeridas pelos vencedores terão lugar em áreas degradadas do Parque, como está previsto no regulamento do Concurso. As ideias deverão obedecer à legisla-

ção pertinente que regulamenta as Unidades de Conservação. A intenção, como sempre, é proteger e recuperar o rio Cocó, sua fauna e flora, bem como criar espaços de interação entre o lugar e a população, para que a sociedade desenvolva o sentimento de pertença e cuidado com o 4º maior parque natural em áreas urbanas da América Latina.

6ª PARTE: FORTALEZA

Fortaleza, uma bela história

O Povo, 13/04/15

Os anos se sucedem e nós estamos hoje, dia 13 de abril, aplaudindo esta cidade tão amada pelos seus 289 anos de construção. Sem entrar na polêmica de quem a viu primeiro: se Matias Beck ou Martim Soares Moreno, na verdade, a data de hoje marca a elevação do povoado à condição de vila, em 1726. Àquela época, a vila de Fortaleza era modesta, um pequeno povoado em meio ao litoral brasileiro. Foi assim por mais de um século, sem sustentação econômica, já que estava longe dos sertões da pecuária, ou expressividade política. Foi um período de descaso português com o Siará Grande.

Quero presentear a cidade, com a renovação do livro: Fortaleza, uma breve história, com apoio da Fundação Demócrito Rocha, e em parceria com o historiador Airton de Farias, cuja segunda edição está saindo do prelo. Numa linguagem simples, o leitor entenderá o esforço anônimo de gerações que tornaram-na a terceira mais importante metrópole brasileira e a quarta cidade mais visitada pelos turistas nacionais.

Somos um povo mestiço, fruto do domínio português e do trabalho árduo de escravos africanos e indígenas. A separação de Pernambuco, em 1799, e o desenvolvimento do comércio exportador algodoeiro criaram as condições econômicas e administrativas para as transformações. O apoio cearense à Independência do Brasil levou o imperador d.Pedro I, em 1823, a decretar Ato Régio, elevando Fortaleza à categoria de Cidade.

Foi aí que se passou a viver a Belle Époque. As elites imitavam os modelos europeus e a cidade evidencia seu "aformoseamento". Passa a ter transporte coletivo por bondes de tração animal, calçamento nas ruas centrais, telefonia, bons educandários como o Liceu e o Colégio da Imaculada Conceição, seminário da Prainha, jornais.

Com o crescimento vieram também as preocupações das elites com o controle e disciplinamento da plebe. A massa reagiu às normatizações com deboche, ironia e sátira, que surgiram como

forma de resistências. São cômicas as vaias ao sol na Praça do Ferreira e as peripécias do bode Ioiô.

Batizada pelo poeta Paula Ney de loira desposada do sol, ou de cidade alencarina, uma referência ao escritor José de Alencar, continua atraindo multidões, tornando-se uma cidade de múltiplos serviços. Como as grandes metrópoles do mundo, Fortaleza precisa olhar para seu passado e planejar o futuro. Amá-la significa dar o nosso melhor para seu desenvolvimento.

Fortaleza: 290 anos

O Povo, 11/04/16

No aniversário da Capital, relançamos, eu e o historiador Airton de Farias, o livro "Fortaleza, uma breve história", pela Fundação Demócrito Rocha. No dia 13 de abril, celebramos 290 anos da elevação do povoado à condição de vila, em 1726. No começo do século XVII, aconteceram as primeiras tentativas de conquista do litoral. Os portugueses fracassaram, embora Pero Coelho e Martim Soares Moreno chegassem a erguer fortes na Barra do Ceará.

Em 1637, os holandeses conquistaram o forte de São Sebastião, ficando até 1644. Em 1649, eles voltariam com Matias Beck, que mandou erguer o forte de Schoonemborch, perto do riacho Pajeú. Em 1654, os portugueses retomariam a colonização. O forte teve seu nome mudado para Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Em torno do forte, onde hoje está a 10ª Região Militar, surgiria a capital. Dom Pedro I, em 1823, elevou Fortaleza à categoria de cidade. Mas apenas na metade do século XIX Fortaleza tornou-se o principal núcleo urbano, político, econômico e social do Ceará, com uma infraestrutura razoável. Era a Belle Époque.

Nos anos 1930, a Cidade "explodiu", crescendo desordenada, sem plano urbanístico, com surgimento de favelas, arranha-céus, fachadas e monumentos de gosto duvidoso, frutos dos interesses das elites locais, somada à inoperância das gestões municipais, especulação imobiliária e do abismo social entre ricos e pobres. O processo intensificou-se no século XX. Em 1950, Fortaleza apresentava 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil (um aumento de 90%); em 1970, 857 mil (aumento de 63%). O Centro foi esvaziado no que se refere às atividades de lazer, cultura e administração. Já a praia foi valorizada, pois antes se associava mar à morte, pobreza e lixo.

Conforme o IBGE, Fortaleza tem cerca de 2,5 milhões de habitantes. Como as grandes metrópoles, precisa olhar seu passado e planejar o futuro. Neste sentido, é importante a iniciativa da gestão Roberto Cláudio com o Plano Fortaleza 2040, um modelo de planejamento estratégico para a Cidade, discutido com vá-

rios atores sociais, para os próximos 24 anos. A participação dos poderes públicos e do povo da cidade é fundamental. Só assim, a Fortaleza ordenada e pacata de outrora será inspiração para a construção de uma cidade moderna, organizada e desenvolvida, que acolha, integre e proteja seu povo.

Fortaleza: de pequena vila à metrópole nacional

O Povo, 13/04/2018

Fortaleza foi a segunda localidade do Ceará a ser alçada ao status de vila, em 1726, depois de Aquiraz. Virou cidade e capital da Província em 1823, quando os centros econômicos e políticos do Estado, à época, eram Icó e Aracati. Em 1900, nossa cidade tinha pouco mais de 50 mil habitantes. Com crescimento desordenado e sem planejamento, os fortalezenses viram o “inchaço” demográfico criar impactos sociais negativos.

Mas o viço econômico, as belezas naturais e a localização geográfica lhe fizeram tomar, aos poucos, o lugar de metrópole. Fortaleza já é um hub aéreo e tecnológico consolidado. O Aeroporto Internacional Pinto Martins incrementou seu movimento em milhões de pessoas. O cabeamento em fibra ótica partindo da sua orla marítima fez da Capital cearense um polo de distribuição de dados para todo continente americano.

Afirmando-se como um centro de serviços, destacando-se nas áreas do comércio e turismo, Fortaleza atrai negócios e lazer de todo Brasil.

Num futuro próximo, quando o terminal de passageiros do Mucuripe estiver 100% apto, deverá galgar o posto de hub marítimo também.

O prefeito Roberto Cláudio e o governador Camilo Santana estão atentos a este contexto. O programa “Juntos por Fortaleza” prepara a capital para crescer de forma sustentável. Investimentos em mobilidade urbana e urbanização são feitos de forma planejada. O “Fortaleza 2040” e o “Ceará 2050” são instrumentos fundamentais para pensar a cidade e projetar ações de forma qualificada.

O meio ambiente é parcela fundamental na humanização da cidade. A regulamentação do Parque do Cocó pelo governo estadual, uma luta de 40 anos – que começará a ter construídos espaços de esporte, lazer, educação ambiental e contemplação – foi um ganho incomensurável. A criação do Parque Rachel de Queiroz pela Prefeitura, beneficiando o lado Oeste, é outro passo gigantesco.

O desafio de Fortaleza é acolher cada vez melhor. As intervenções urbanas miram este objetivo. Nos seus 292 anos, a aposta é de que Fortaleza cresça em tamanho e também em responsabilidade social.

Fortaleza, irmã do sol e do mar

O Povo, 12/04/19

Após 293 anos, é importante lembrar que Fortaleza tem, desde sua origem, um forte vínculo com a natureza. O lugarejo nasceu em meio à riqueza ambiental da Barra do Ceará, com seu Centro crescendo às margens do riacho Pajeú, disputando a condição de Vila com Aquiraz, nas proximidades do rio Pacoti.

A cidade tornou-se metrópole espalhando prédios e habitantes entre os rios Ceará e Pacoti, banhada pelo rio Cocó, cuja bacia abrange dois terços de sua área. A beleza de suas dunas e praias ganhou o Brasil e o mundo. Suas diversas lagoas eram parte visível e característica de sua constituição. Expandiu-se para o arborizado Benfica e depois para a Aldeota e os largos espaços de seus sítios.

Por sua vez, o hino da cidade refere-se diversas vezes aos aspectos do ambiente e de nossa gente. "Irmã do sol, irmã do mar", diz o refrão, com lembrança de coqueiros, do céu, da flor, e de personagens de sua história, como jangadeiros, caboclos e escravos.

Porém, a desordem do progresso de Fortaleza, com uma ocupação sem critério em áreas de risco e a especulação imobiliária, resultou em desmatamento sem controle, aterramento das lagoas e desrespeito às áreas verdes. O inchaço da cidade prejudicou a ambiência de seus moradores.

As boas novas são as ações de recuperação deste imenso passivo ecológico. O governador Camilo Santana, confirmando sua veia ambientalista, regularizou o Parque Estadual do Cocó – no lado leste da cidade -, criou a Área de Proteção Ambiental do Ceará-Maranguapinho, assim como a Área de Relevante Interesse Ambiental do Cambeba. A prioridade é a proteção das matas ciliares próximas aos nossos recursos hídricos. O prefeito Roberto Cláudio, por sua vez, contemplando o lado Oeste, está instalando o Parque Rachel de Queiroz, segunda maior área verde do município. Além disso, parte do litoral de Fortaleza, vítima de ligações de esgotos irregulares, em especial a Beira-mar, será limpa e remodelada com recursos de um empréstimo

de R\$ 280 milhões obtidos junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina.

No seu aniversário, minha maior esperança é ver nossa Fortaleza com o retorno do esplendor do seu verde e seus mananciais recuperados.

Mesa Diretora 2019-2020

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputada Aderlânia Noronha
2ª Secretária

Deputada Patrícia Aguiar
3ª Secretária

Deputado Leonardo Pinheiro
4º Secretário



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

João Milton Cunha de Miranda

Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo

Coordenador

Rachel Garcia e Valquiria Moreira

Assistentes Editoriais

Luzia Rolim

Assessora de Comunicação

Cleomarcio Alves (Marcio), Edson Frota, Francisco de Moura,

Hadson França e João Alfredo

Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni

Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios

Equipe de Revisão

Maria Marluce Studart Vieira, Marta Lêda Miranda Bezerra e Milena

Saraíva Leão Vieira

Equipe Auxiliar de Revisão

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, CEP 60170-900, Fortaleza, Ceará,
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500